

DIÁRIO DA MORATÓRIA

Da suspensão do pagamento dos juros aos bancos comerciais à ameaça aos oficiais



20/2/87 — Depois de se reunir com os 31 membros do Conselho de Segurança Nacional, o presidente José Sarney ocupa uma rede nacional de rádio e tevê, por 15 minutos, declarando a moratória: "Quero dizer que o País suspende o pagamento de juros de sua dívida externa".

Em um discurso emocionado ele diz que a medida tem por objetivo proteger o desenvolvimento nacional, enquanto se procura uma fórmula para amortizar a dívida sem provocar recessão, instabilidade política e crise social. Alega também que a atitude não é de confronto com os credores. E destaca que a contribuição do governo, durante a renegociação, será a determinação de, por seis meses, o Tesouro só gastar o que arrecadar; de conter os investimentos de estatais aos limites dos recursos que elas próprias gerarem e de estabelecer uma revisão global dos subsídios.

— O Banco Central envia aos bancos credores um telex explicando as medidas adotadas pelo Brasil.

23/2/87 — A proposta brasileira para a renegociação da dívida tem como destaque: — prazo de 16 anos para pagamento do principal, com carência de sete anos iniciais.

— **Spread** (taxa de risco adicionada aos juros) abaixo de 0,875% (menor que a concedida ao México).

— dinheiro novo, entre US\$ 2,5 e 3 bilhões.

— cláusulas de salvaguarda contra eventuais oscilações dos juros internacionais.

24/2/87 — Bancos credores estrangeiros começam a discutir o telex brasileiro, onde são informados que aqueles que decidirem não renovar as linhas de crédito de curto prazo não poderão reaver o principal, ficando o dinheiro depositado em nome do credor no Banco Central.

— O governo brasileiro diz que a medida visa evitar a fuga dessas linhas, especialmente dos pequenos e médios bancos norte-americanos.

— O ministro Dilson Funaro anuncia que o governo vai instituir auditoria para investigar a origem da dívida externa.

26/2/87 — O JT publica um documento confidencial, entregue a Sarney, dizendo que bens e dinheiro do governo brasileiro, das estatais, das empresas privadas e até as reservas em ouro, depositadas em bancos estrangeiros, podem ser confiscados por credores norte-americanos e europeus.

— O Banco Central envia telex aos credores afirmando que a retenção do pagamento do principal aos bancos que não renovarem linhas de curto prazo é uma medida que durará o tempo "essencial".

28/2/87 — O ministro Dilson Funaro informa ao **Federal Reserve Board** (espécie de Banco Central norte-americano), aos Departamentos do Tesouro e de Estado, ao FMI e ao Banco Mundial, que o Brasil só voltará a

pagar os juros da dívida quando conseguir gerar superávit para isso.

6/3/87 — Francisco Gros, presidente do Banco Central, prevê dificuldades nas conversações com os bancos credores. O ponto de conflito é a cláusula de salvaguarda que assegurará financiamento adicional automático sempre que ocorrerem imprevistos que resultem em perdas sensíveis de exportações ou erosão de reservas (quebra de safras, redução dos preços de produtos primários, elevação do preço do petróleo e das taxas de juros internacionais).

7/3/87 — O Banco Central informa que US\$ 27 milhões, referentes a linhas interbancárias e comerciais de curto prazo, não foram renovadas.

13/3/87 — O Citicorp, credor de US\$ 3,9 bilhões, anuncia que perderá US\$ 50 milhões, em três meses, e US\$ 190 milhões, em um ano, com a moratória brasileira.

15/3/87 — Sarney informa a Richard von Weizsacker, presidente da Alemanha Ocidental, que a tentativa de isolamento do Brasil, pelos bancos credores, pode levar a um confronto.

24/3/87 — Francisco Gros, saindo da reunião do comitê assessor dos bancos credores, em Miami, diz que conseguiu uma prorrogação de mais 60 dias para as linhas interbancária e comercial de curto, prazo. Elas venceriam dia 31 de março. O entendimento foi informal.

26/3/87 — William Rhodes, presidente do Citibank, manda telex aos bancos credores convidando à cooperação com o Brasil. Ressalta que esse convite não significa uma garantia da manutenção das linhas de curto prazo.

30/3/87 — Banqueiros credores dizem que podem renovar linhas mas não aumentarão seus créditos ao Brasil.

31/3/87 — O ministro Dilson Funaro informa que 174 bancos renovaram créditos de curto prazo para períodos variáveis entre 60 e 180 dias.

1/4/87 — Três bancos — **Bank of America**, **Morgan Guaranty Trust** e **Manufactures Hanover** — contabilizam US\$ 244 milhões como perdas, devido à moratória brasileira.

2/4/87 — A **Interagency Country Exposure**, formada por representantes do governo na administração financeira e bancária, classificam a dívida brasileira de longo prazo como **substandard**, o que corresponde a elevação de risco de não pagamento.

— O **Chemical Bank** declara um prejuízo de US\$ 12 milhões. O **Mellon Bank**, de US\$ 50 milhões. O motivo é a moratória brasileira.

— O Banco de Montreal informa que vai transformar US\$ 100 milhões de seu crédito de US\$ 1,5 bilhão em investimentos diretos no Brasil.

3/4/87 — O **American Express Bank** declara perdas de US\$ 7 milhões. O **First Chicago Corporation**, de US\$ 4,7 milhões. O motivo é a moratória brasileira.

— O Banco Central divulga que a dívida chegou a US\$ 109,3 bilhões, em junho de 1986.

— O Japão anuncia a criação de uma **holding** para tirar os bancos japoneses do circuito da dívida do Terceiro Mundo.

6/4/87 — Sarney cria a Comissão de Assessoramento Presidencial para Negociações da Dívida Externa.

— O **Chase Manhattan Bank** declara um prejuízo de US\$ 31 milhões com a moratória brasileira.

7/4/87 — Sarney confirma o nome de Saraiva Guerreiro para o Comitê de Assessoramento Presidencial.

9/4/87 — O ministro Funaro diz, em Washington, que o Banco Mundial gostou do programa econômico brasileiro e vai mandar uma missão para estudar a necessidade de refinanciamento brasileiro. O presidente do Banco confirma que a impressão foi positiva, em relação aos planos brasileiros.

10/4/87 — Francisco Gros, presidente do Banco Central, manda telex a 700 bancos credores, pedindo que não requeiram os US\$ 9,6 bilhões referentes a 1986 e que venceriam dia 15 de abril.

13/4/87 — Francisco Gros diz ao JT que o Brasil economizará US\$ 1 bilhão, em um ano, se os credores reduzirem o **spread** para menos de 1,71%, a mesma taxa paga pelo México.

14/4/87 — Gros anuncia que o Nordeste será a região prioritária para a conversão da dívida em investimentos pelos credores.

— O comitê assessor dos bancos credores se dispõe a continuar negociando, mas avisa que o Brasil deve retomar o pagamento dos juros.

23/4/87 — O Japão anuncia possuir US\$ 30 bilhões para emprestar ao Brasil, México e Argentina, os três maiores devedores da América Latina.

28/4/87 — A Comissão Especial do Senado para investigação da dívida externa quer informações sobre ela e pede detalhes ao Banco Central.

15/5/87 — O **Bank of Scotland** e o **Norwest Minneapolis Bank** convertem US\$ 25 milhões de seus créditos em capital de risco, adquirindo 28,7% do capital da empresa **Papel e Celulose Catarinense S/A**.

17/5/87 — O ministro Bresser Pereira diz, no programa "Crítica e Autocrítica", da tevê **Bandeirantes**, que, se os bancos oficiais internacionais não fornecerem dinheiro novo ao País, haverá também a suspensão do pagamento dos juros devidos a eles.